CORREIO DO VALE

POR SONIA PAES



Estresse térmico, segurança e saúde foi um dos temas

Sindicato participa de seminário em Brasília

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) realizam nesta quarta (08), em Brasília, o Seminário Pré-COP30. O evento reúne representantes do governo, setor empresarial, centrais sindicais e organismos internacionais

para debater os desafios e oportunidades de uma economia de baixo carbono. Entre os participantes, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense, Odair Mariano, reforçou a importância de colocar os trabalhadores no centro das discussões.

Entidade reforça compromisso

"A transição energética precisa ser justa, e isso significa garantir que os trabalhadores dos setores mais impactados tenham voz, proteção social e acesso à qualificação profissional," afirmou Odair. O

presidente esteve acompanhado pelo diretor jurídico do sindicato, Leandro Vaz, e pelo diretor financeiro, Alex Clemente, que também participaram das atividades e reforçaram o compromisso.

Sobre a Pré-COP30

Os debates abordaram temas como estresse térmico, segurança e saúde no trabalho, empregos verdes e formação profissional. Também presente no evento, o presidente da Força Sindical, Miguel Torres, destacou que "a transição justa não pode ser apenas uma promessa, ela precisa ser uma política concreta que garanta emprego, renda e dignidade para os trabalhadores", concluiu.



Obras vão beneficiar Sapucaia, Três Rios e Paraíba do Sul

DNIT assina ordem de serviço para Rodovia do Aço

O Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT) assinou uma ordem de serviço de conservação e recuperação da BR-393 (Rodovia do Aço) na segunda (06). A ordem contempla 80 quilômetros de extensão, que vão beneficiar os municípios de Sapucaia, Três Rios e Paraíba do Sul. Do km 105,30 ao km 185,30,

serão feitos serviços de recomposição, revitalização do revestimento asfáltico, tapa-buracos e limpeza de elementos de drenagem. O investimento é de aproximadamente R\$ 13,4 milhões. O prazo de vigência da contratação é de 27 meses e estão incluídas no Plano Anual de Trabalho e Orçamento (PATO).

Temporada de navios em Angra

A temporada 2025/2026 de cruzeiros em Angra dos Reis começa oficialmente na próxima segunda-feira (13), com a chegada do luxuoso Scenic Cruises à Vila do Abraão. Até março de 2026, o município terá 67 paradas confirmadas, sendo 35 na Ilha Grande

e 32 no continente, com

possíveis novas confirmações nos próximos meses. A expectativa é que mais de 200 mil turistas desembarquem na cidade, atraídos pela cultura, gastronomia e pelas paisagens naturais que fazem de Angra dos Reis um dos destinos mais desejados do Brasil.

Mais embarcações este ano

Na temporada anterior, 63 navios com passageiros de diversas partes do mundo ancoraram em Angra dos Reis. Para 2025/2026, o número será ainda maior, o que gera um impacto econômico significativo. "Esses turistas movimentam toda a cadeia econômica

da cidade, contratando passeios, guias locais e consumindo em bares, restaurantes e no comércio. Além do impacto direto na renda de milhares de famílias, muitos visitantes se encantam com Angra", destacou João Willy, presidente da TurisAngra.

Reunião sobre médicos da rede pública sem consenso

Prefeito prioriza alternativa de remuneração para categoria

Por Redação

O prefeito de Volta Redonda, Antonio Francisco Neto, se reuniu com vereadores para debater o corte salarial dos profissionais de saúde pública na manhã desta quarta-feira, em seu gabinete. A discussão foi encerrada sem alcançar resoluções. A redução de 25% nos salários dos médicos teria sido proposta pelo prefeito para garantir o pagamento do décimo-terceiro dos servidores, que estaria em risco por conta da crise financeira enfrentada pelo município.

O processo de contenção de despesas teria sido iniciado na semana passada, quando Neto reuniu o secretariado e pediu ajustes em todas as pastas, incluindo a redução de contratos e gastos administrativos. A ordem seria até mesmo segurar investimentos previstos para os próximos meses.

Segundo o vereador Renan Cury, que apresentou as propostas feitas pelos médicos, Neto não foi favorável a nenhuma delas. O vereador afirma ainda que foi acordado que a prefeitura tentará estabelecer uma solução temporária sobre o caso dentro de 20 dias.

Uma das sugestões feita pelos médicos é a manutenção do vínculo atual por RPA, com pagamento bruto de R\$ 20.000,00 (correspondente ao



Reunido foi marcada por uma discussão acaiorada entre Neto e Giseie Klinger

salário e gratificação anteriormente praticados), por 40h semanais, garantindo a preservação da remuneração habitual e evitando perdas financeiras aos profissionais.

A segunda opção seria migração para vínculo por Pessoa Jurídica, com salário bruto que, após os descontos legais, resulte no mesmo valor líquido percebido no modelo RPA de R\$ 20.000,00 (aproximadamente R\$ 14.500,00), por 40h semanais.

A terceira opção seria a manutenção do vínculo por RPA com valor bruto de R\$ 15.000,00, condicionada à redução proporcional da carga horária semanal para 30 horas,

incluindo o retorno do day off como forma de compensar perdas financeiras. Todas elas foram rejeitadas e uma nova será apresentada pelo Executivo em 20 dias.

Discussão acalorada

O encontro com a participação de um grupo de vereadores, incluindo o presidente do Legislativo, Edson Quinto, houve um momento de embate entre Neto e a vereadora Gisele Klinger. Neto ficou exaltado quando Gisele questionou um valor, considerado alto, pago a um funcionário, quando na verdade tratava-se de um pagamento a um prestador de serviço.

O prefeito acusou a vereadora de estar mentindo pois, segundo ele, ela sabia que não era um funcionário que recebia o valor informado. Ela se defendeu, pediu respeito e o embate ganhou um tom elevado. Neto teria pedido desculpas a vereadora antes de ela sair do gabinete. A gravação da reunião foi divulgada nas redes sociais e reproduzidas por diferentes páginas e contas, incitando a revolta popular com a forma como a conversa foi conduzida pelo prefeito.

O Correio Sul Fluminense entrou em contato com a Prefeitura de Volta Redonda, mas não houve retorno até o fechamento desta edição.

Vereador de B. do Piraí cobra velocidade para resolução administrativa da BR-393

Desde que o Governo Federal declarou a caducidade da concessão da Rodovia do Aço (BR-393/RJ), devido a descumprimentos contratuais da antiga concessionária K-Infra, a gestão do trecho foi transferida para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), que segue responsável pela rodovia até a realização de uma nova licitação. Desde então, a população das cidades que são cortadas pela rodovia vem cobrando ações efetivas para os usuários devido ao abandono da pista e falta de atendimento rápido. Para isso, o vereador Luiz Felipe Ludi (PL) cobra mais velocidade nessa transição e a aceleração de uma nova concessão, através de ofícios destinados ao Governo Federal.

 Voltamos a ter registros frequentes de acidentes, inclusive fatais, em pontos perigosos como a Curva do Aterrado, por exemplo. Estou fazendo o possível para fazer minha parte - declarou o vereador, que em



Rodovia do Aço segue sem previsão para início de licitação

seu último ofício solicitando esclarecimentos ao DNIT.

Devido a demora na solução junto ao departamento, o vereador encaminhou também à Procuradoria Federal um documento para que o órgão possa também fiscalizar e buscar a aceleração na prestação dos serviços na rodovia. Através de um documento oficial, o DNIT respondeu ao ofício nº 335/2025 afirmando estar "cumprindo os trâmites administrativos necessários para a contratação de uma nova empresa que será responsável pela administração da BR-393".

 Anteriormente, através de um outro oficio, o DNIT me informou que há dois editais em tramitação para manutenção e prestação de serviços na BR-393. Desde então, também temos solicitado informações sobre esse burocrático andamento desses editais. Não podemos ficar abandonados disse o vereador.

Pedágios

Hoje, sob intervenção do Governo Federal, não há cobranças nas praças de pedágio da BR-393. Porém, Ludi tem buscado alertar ao Governo Federal quanto a isenção dos veículos emplacados em Barra do Piraí quanto ao pedágio que literalmente "corta" a cidade, dividindo o distrito da California e outros bairros da região central e principal municipal.

- Criamos o abaixo assinado "Isenção Já" que pretendo ainda encaminhar ao DNIT, para que eles tomem todas as providências legais para, na próxima concessão, estabelecer essa isenção para nós, barrenses. É possível e é legal - concluiu Ludi.

BM avança em planejamento urbano

Os secretários de Planejamento Urbano, Eros dos Santos, e de Desenvolvimento Econômico, Tecnologia e Inovação, Cesar de Carvalho, participaram do Incorpora Médio Paraíba, evento promovido pela Aciap-BM (Associação Comercial Industrial e Agro Pastoril de Barra Mansa) e pela Facerj (Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Rio de Janeiro), nesta quarta-feira (08), com o apoio da prefeitura de Barra Mansa, da Companhia de Desenvolvi-

mento Econômico (Codebm) e da Caixa Econômica Federal. O encontro, realizado na sede da Aciap, reuniu autoridades, empresários, incorporadores e investidores para discutir as oportunidades do setor imobiliário, as recentes atualizações na legislação urbanística e o futuro do desenvolvimento urbano da região.

Representando o prefeito Luiz Furlani, o secretário de Desenvolvimento, Cesar de Carvalho, destacou que Barra Mansa vive um momento de fortalecimento econômico e está aberta a novos empreendimentos. "Barra Mansa está passando por um processo de reindustrialização, e a indústria da construção civil tem papel fundamental nesse movimento. Já temos mais de mil unidades habitacionais aprovadas, o que movimenta nossa economia e gera empregos. A cidade está preparada e de portas abertas para receber novos negócios", afirmou.

Durante sua apresentação, o secretário Eros dos Santos explicou as principais atualizações nas leis urbanísticas mu-

nicipais que vêm contribuindo para a expansão do mercado imobiliário local. Entre elas estão a Lei Complementar nº 90/2021, que flexibiliza vagas de garagem em prédios de até 10 pavimentos na Zona de Área Central (ZAC); a Lei Complementar nº 97/2022, que incentiva a verticalização e define gabarito máximo de 20 andares; e a Lei Complementar nº 104/2024, que atualiza os índices urbanísticos e integra as antigas Macrozonas de Áreas Rururbanas (MAR) à Zona Sustentável Padrão (ZSP).